

ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, nesta terça-feira quero me reportar ao grande evento da agricultura, acontecido na Fiesc, com a presença do governador do estado, Raimundo Colombo, do presidente da Fiesc, dr. Glauco, do nosso cônsul no Japão, Yoschio Uchiyama, de autoridades do setor da agroindústria, de

representantes de sindicatos, de federações, de secretários e do deputado Moacir Sopelsa, um incansável batalhador da agricultura e ex-secretário.

Nós estivemos lá para realmente ver com entusiasmo a grande façanha do estado de Santa Catarina em ser aceito pela comunidade japonesa, pelo Japão, como um estado livre de febre aftosa.

Em Paris, no dia 24 de maio de 2007, fomos declarados um estado livre de febre aftosa. Com certeza foi um grande evento que fez com que o estado de Santa Catarina começasse a ser o maior exportador de suínos do Brasil, um estado pujante, que cada vez mais cresce em dividendos.

Essa grande transação comercial entre o Brasil e o Japão faz com que Santa Catarina tenha a sua exportação diversificada para os Estados Unidos, o Japão, a Ásia e a China. Portanto, os dividendos e os mercados que estão sendo alcançados fazem com que Santa Catarina se fortifique cada vez mais no lado comercial.

Parabéns ao governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira por esse grande feito!

Mas eu queria me reportar, hoje, também a uma importante audiência pública realizada na cidade de Joinville, mais precisamente na Associação Comercial de Joinville, com a presença do ex-governador Luiz Henrique da Silveira; do prefeito Udo Döhler; do presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville, Mário Cezar de Aguiar; e que por sinal é o nome do meu pai; e também do diretor do Porto de São Francisco do Sul e do diretor do Porto de Itapoá, mostrando o interesse portuário nessa importante discussão sobre a ferrovia.

Essa ferrovia está sendo marcada por discussões como a que vou apresentar aqui agora. A ferrovia que se fala entre Chapecó e Itajaí tem um grande empecilho que se chama a represa do Salto Pilão. Parece que temos dificuldade de contornar essa represa para o traçado ferroviário, mas esse é um detalhe. E a nossa ideia é que a ferrovia a ser feita seja a ferrovia que vem do traçado de Maracaju, que passa por Eldorado, Cascavel,

Guarapuava, Chapecó, Herval do Oeste, Caçador, Porto União, Mafra, Jaraguá do Sul, Corupá, São Bento do Sul e vai a São Francisco do Sul.

Para que a Ferrovia do Frango chegue a Itajaí que se faça já a parte da ferrovia litorânea. De São Francisco a Itajaí são apenas 70 quilômetros. Portanto, temos uma via importante ferroviária a ser discutida. Por que discutir essa via? Porque já existe um leito ferroviário. Se já existe um leito ferroviário, não precisamos de licença ambiental para esse leito ferroviário. Não precisamos fazer uma ferrovia nova; precisamos, isto sim, do reperfilamento dessa ferrovia. Se fizermos o reperfilamento dessa ferrovia, vamos ter muito mais agilidade. Vamos ter menos gastos econômicos, portanto, mais rendimento. E vamos ter tempo de uma construção mais rápida.

Esse reperfilamento é que em algumas curvas da atual ferrovia temos que fazer uma retificação, para quê? Para que os trens modernos tenham uma velocidade maior. Se tivermos um ângulo de curvatura muito grande, vamos fazer com que o trem, ao trafegar nesse ângulo de curvatura maior, tenha a sua velocidade diminuída. E mais, não pensemos somente na ferrovia dos grãos, na ferrovia do milho precisamente, porque Santa Catarina é um dos maiores criadores de frango do Brasil e precisa também alimentar essa cadeia. A cadeia alimentar do frango precisa ser alimentada com milho, e milho barato vem através do transporte ferroviário.

Temos também que pensar que nós do planalto norte temos a maior área de reflorestamento do estado de Santa Catarina e que vamos transportar pinos, eucaliptos, soja, milho, feijão e outros produtos que lá produzimos.

Portanto, sem dúvida nenhuma, a importância que temos hoje da ferrovia é a redenção do planalto norte. Primeiro, faz 100 anos que não temos a construção de um quilômetro de ferrovia no estado de Santa Catarina - desde a Guerra do Contestado. Precisamos acordar, porque as rodovias estão superlotadas, as rodovias no futuro não vão comportar mais o transporte de caminhões. Temos

que partir para a segunda via, e a segunda via é a ferrovia.

Por isso, quero agradecer a presença dos prefeitos do planalto norte que lá estiveram, dos presidentes das Câmaras de Vereadores que vieram. Foram mais de 100 pessoas participando dessa importante audiência pública, na cidade de Joinville, mais precisamente na Associação Comercial de Joinville. Tivemos uma grande repercussão com o discurso do senador Luiz Henrique da Silveira chamando a ferrovia de Ferrovia dos Grãos. Portanto, temos motivos importantes para que o governo federal faça, sim, uma revisão na sua planificação.

Estamos pedindo a revitalização de uma ferrovia já existente. Portanto, a construção de uma nova ferrovia pode acontecer? Pode. Mas é mais fácil fazer a revitalização dessa ferrovia, que faz também com que a história seja resgatada, a história do Contestado.

Quando nos tiraram a ferrovia, em 1970, o governo federal praticamente extinguiu a ferrovia São Paulo/Rio Grande do Sul, dando de graça para a ALL essa importante ferrovia. A ALL nada mais nada menos vilipendiou a nossa ferrovia em nível de planalto norte; trocaram os trilhos bons por trilhos ruins, fizeram com que os dormentos da estrada de ferro, aqueles dormentos de imbuia, fossem retirados e colocados dormentos usados de outros locais. Isso, sim, é fazer com que uma ferrovia seja deteriorada. E foi o que aconteceu.

A ALL lá na Argentina foi cassada. A presidente da Argentina cassou a ALL na Argentina. E a presidente Dilma tem que fazer a mesma coisa, cassar a concessão da ALL no estado de Santa Catarina. Temos a certeza de que é um belo exemplo ferroviário, um belo exemplo argentino a ser seguido no Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, sr. deputado Antônio Aguiar.

Parabéns pelo seu pronunciamento; participo dessa sua indignação, não só do norte, mas também

do Brasil. A história das ferrovias no Brasil é uma história à parte.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu queria me reportar aqui à morte de Vanda Renata da Silva, uma professora que foi asfixiada, está aqui no laudo médico asfixia por estrangulamento, acontecido na cidade de Florianópolis.

Nós temos uma grande reivindicação que se chama: O grito pela cultura da paz. Essa reivindicação é feita pelo jornalista Agnaldo Godoy, Madalena, Luci e Marisa, sobrinha da pessoa assassinada.

Então, o grito pela segurança pública é o nosso apelo, a nossa indignação, para que realmente haja um encaminhamento e se descubra quem praticou tamanha barbaridade.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Será feito o registro, sr. deputado.

Com a palavra, por até dez minutos, o deputado Moacir Sopelsa, ex-secretário da Agricultura, decano desta Casa, que com certeza vem na sua fala falar do grande momento que Santa Catarina vive, que é a aceitação pela comunidade japonesa da importação dos nossos suínos produzidos em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, agradeço pelas palavras e gostaria de cumprimentá-lo.

Notamos a sua ausência por alguns dias nesta Casa, e quero desejar-lhe um bom regresso. Sei também que a sua ausência foi por uma boa causa.

Srs. deputados, sras. deputadas, já ouvi o deputado Antônio Aguiar, e estivemos juntos na Fiesc, no dia de ontem, falar sobre o bom momento que vivemos em Santa Catarina no painel que a Fiesc pôde fazer sobre a abertura do mercado catarinense de carne suína para o mercado do Japão.

Como v.exa. disse, o presidente da Fiesc, dr. Glauco Corte, e o nosso governador Raimundo Colombo colocaram com alegria o momento que estamos vivendo.

Também estavam presentes o cônsul do Japão para a região sul, Yoshio Uchiyama, e seus técnicos, a assessoria de negócios externos da embaixada do Japão no Brasil, o nosso secretário da Agricultura, João Rodrigues, o ex-secretário, ex-deputado Odacir Zonta, o nosso colega deputado Antonio Aguiar, os nossos empresários da indústria da carne, do Sindicarne, das associações, especialmente da Associação dos Criadores de Suínos.

Uma das coisas que me chamou a atenção e até me comoveu, deputado Antônio Aguiar, deputado Neodi Saretta, foi o dr. Victor Fontana, srs. deputados, sras. deputadas, com 96 anos, lembrar o nome de meu pai, Faustino Sopelsa, quando juntos, há 60 anos, deputado Kennedy Nunes, procuraram difundir a suinocultura como a carne para o estado de Santa Catarina e para o Brasil.

O dr. Victor Fontana dizia que naquela época um suíno precisava de três anos para adquirir o peso de 100 quilos. O dr. Victor Fontana, meu pai e um veterinário elaboraram um alimento, com milho, soja e farinha de carne, mudaram alguma coisa da genética e conquistaram, na época, um porco pesando 100 quilos, com oito meses.

Hoje, em menos de quatro meses, temos 100 quilos. Mas na época, como v.exa. disse, foi de três para um. E o dr. Victor Fontana, com 96 anos, ainda com a memória que tem, dá inveja a qualquer um. Que Deus abençoe o dr. Victor e que ele possa viver por muitos e muitos anos.

Neste momento estamos eufóricos. Os negócios ainda não aconteceram, mas para se ter uma ideia o Japão compra dos Estados Unidos 44% de carne, 20% do Canadá e 15% da Dinamarca. O Japão importa 800 mil toneladas de carne suína por ano, ou seja, um valor de mais de US\$ 5,5 milhões. E é nessa fatia que queremos embarcar. Eu sei que é difícil!

O cônsul do Japão também disse que o país pretende diversificar os seus fornecedores. Isso é

importante para todos nós. Também destacou que é a primeira vez que o Japão compra de um estado, de uma região algum produto de um que não é todo considerado livre de febre aftosa sem vacinação, como é o nosso caso. A expectativa do Brasil é alcançar 15% do mercado, e neste ano em torno de 100 mil toneladas. Santa Catarina tem atualmente um abate inspecionado de oito milhões de cabeças ao ano e 8.500 produtores, e já fomos mais de 60 mil.

Em 2012, exportamos 207 mil toneladas de carne suína, perfazendo um total de US\$ 519 milhões em divisas para o nosso e estado e nosso país. Somos o quarto produtor nas exportações de carne. Em 2011 conseguimos a abertura do mercado da China; em 2012, do mercado dos Estados Unidos; e em 2013, o mercado do Japão. Também foi dito pelo cônsul japonês que em uma pesquisa realizada no Japão os produtos brasileiros, no caso, o frango catarinense, são mais gostosos e que consideram a qualidade muito segura. Isso é importante para todos nós.

Tenho que lembrar um pouco de como foi conseguida essa história. Em 78 tivemos a peste suína africana, quando os nossos produtores pagaram um preço caro, o país pagou e o estado pagou. Eu não conheci a dita peste, só ouvi pela imprensa e vi animais mortos, que foram sacrificados pelo Exército. Não cheguei a ver nem tenho a notícia de alguém que viu animais mortos pela doença. Mas nós pagamos a conta.

Em 2001, Santa Catarina suspendeu a vacinação e em 2007 a organização mundial nos considerou estado livre de febre aftosa. Mas para chegar até aí teve o sacrifício muito forte do produtor. Claro que teve o investimento do poder público e das indústrias, mas na ponta principal estavam os nossos produtores.

Hoje, o instituto Icasa, que entre técnicos e auxiliares são mais de 300 pessoas, a Cidasc e a secretaria da Agricultura criaram uma estrutura que dá segurança para mantermos essa qualidade sanitária. E coloco isso para dizer que espero que com essa abertura possamos ver a ponta principal

ganhar um pouco de dinheiro. Precisamos que a indústria se convença de que o nosso produtor também precisa participar desse lucro das importações no momento em que elas acontecerem. As propriedades agrícolas estão ficando velhas, os produtores estão ficando velhos, as instalações estão ficando velhas, os jovens estão deixando o campo.

Então, precisamos que o setor de produtividade, que o setor agrícola e que o nosso agronegócio cresçam, mas cresçam junto com os nossos produtores. Estamos vivendo um bom momento e esperamos que ele se concretize de fato e que possamos dividir essa alegria com todos, mas especialmente com o nosso produtor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Também entendemos a importância que tem essa abertura de mercado, até por conta de que o mercado japonês é extremamente exigente. Para que eles possam ter feito essa abertura, com certeza, Santa Catarina sai ganhando.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero iniciar a nossa semana legislativa lamentando a morte, por homicídio, que aconteceu na tarde do último domingo, aqui na capital, no bairro Costeira, de um companheiro policial militar, sargento Cláudio.

O sargento Cláudio estava visitando seus parentes na Costeira, e um sobrinho se envolveu numa discussão com o vizinho. Ele foi intervir e acabou sendo atacado, provavelmente pelas costas, por um sujeito com uma arma branca, uma faca de tamanho grande.

O sargento Cláudio morreu dentro da própria casa, inclusive o agente não permitiu o ingresso de ninguém, sequer para prestar socorro, e ali mesmo o sargento Cláudio agonizou e morreu. Um

filho seu também foi esfaqueado pelo filho do marginal. Sim, marginal!

Não tem que dizer que foi uma briga de família e que o sargento foi lá intervir, não. Esse sujeito que matou o sargento Cláudio tem diversas passagens pela Polícia e saiu da penitenciária de Florianópolis, na Trindade, há alguns dias. Com certeza ganhou os benefícios da lei a partir de uma avaliação de que ele estava no caminho da ressocialização, sadia, e matou esse companheiro nosso.

Para nós é uma tristeza maior, porque convivemos com o Cláudio por um largo período, realizamos juntos o curso de cabo, na década de 80, 1987, no 4º Batalhão, que durou de março de 87 a setembro do mesmo ano.

Companheiro sempre alegre, disposto, trabalhador, comprometido com o serviço, sempre à disposição do serviço, de prestar o bom serviço, sempre voluntarioso, alegre e disposto a recepcionar bem os companheiros, os amigos e a tratar todo mundo de forma cordial e elegante.

Então, o nosso lamento, a nossa homenagem ao companheiro que, infelizmente, um marginal tirou a vida. Ele estava chegando aos 30 anos de serviço, esperando a última promoção da carreira de praça, subtenente, uma pessoa excepcional que por uma razão besta ou por uma razão de bandido que não gosta de polícia, evidentemente, razão de marginal, de vagabundo, perdeu a vida.

Ele, por certo, foi morto, inclusive, na boa-fé de que ia lá conversar e que jamais o oponente lhe desferiria uma facada, porque se ele imaginasse, se passasse pela cabeça dele essa possibilidade, ele não faria da forma como fez, inclusive porque estava armado, com arma de fogo. E o indivíduo matou com uma faca e fugiu com a arma de fogo do sargento Cláudio.

Era um ser humano que foi lá na perspectiva de intervir de forma a pacificar aquela situação, porque senão não seria morto estando armado. E acabou sendo morto justamente pela boa-fé, pela pessoa excepcional que era.

A nossa homenagem a esse companheiro, a nossa solidariedade a todos os familiares, que por certo não estão nos ouvindo, neste momento. E aqui o desejo de que o filho do sargento Cláudio, que estava ainda na UTI, também atingido por golpes de faca, possa se recuperar.

A nossa solidariedade a todos os policiais do 4º Batalhão, onde ele trabalhou por muito tempo, e da Polícia Rodoviária Estadual, naquele Posto 1 de Ratoles, onde ele estava nos últimos anos trabalhando, com um excelente relacionamento com todos os companheiros policiais militares daquele posto e do conjunto da Polícia Militar Rodoviária.

Outro ponto que quero me referir é que esses episódios nos abalam e ficamos com dificuldade para tratar de outros assuntos, porque esses são os auspícios da profissão de policial. A profissão de policial civil ou militar tem esses pesos que às vezes não é visto de forma correta pelo estado, pelo conjunto das autoridades e mesmo pela sociedade. Noticiam-se muito quando o policial comete um erro, às vezes até nem foi, mas é aquilo que alguém considera uma falha, então isso dá notícia. Não dá notícia a vida cotidiana do policial que num dia de passeio é acionado para uma situação que o leva à morte, pelo fato de ser policial e, por isso, as pessoas de bem esperam uma atitude dele, e as pessoas do mal, infelizmente, esperam e preparam-se para pegá-lo de surpresa, pelas costas.

Estou falando aqui de um policial militar, no caso, do sargento Cláudio, nosso amigo de longa data, mas essa é uma situação a que estão submetidos o conjunto dos bons servidores de segurança pública, seja da Polícia Militar, da Polícia Civil, do sistema prisional, do instituto de perícia ou do próprio Corpo de Bombeiros, sempre sujeitos a uma situação como essa e à dificuldade permanente de um convívio social, como se fosse uma pessoa normal da sociedade.

Isso acontece com os bons policiais, que inclusive são bons seres humanos, que não levam a maldade como elemento principal ou que têm desconfiança, porque às vezes como policial

aprendemos a viver sempre numa atitude de suspeitar de qualquer situação, de qualquer pessoa. E o sargento Cláudio foi morto porque era policial e uma pessoa que, com certeza, tentou intervir de forma a amenizar a situação. Mais uma vez o nosso profundo lamento por mais essa morte de companheiro policial militar no nosso estado.

Outro assunto que também é importante falar hoje é com relação à greve dos motoristas e cobradores do transporte coletivo da Grande Florianópolis. E precisa que a greve ecloda, aconteça, para que fiquemos sabendo, apesar do filtro de muitos meios de comunicação, os motivos da greve. E o motivo dessa greve é porque os patrões não querem fazer a reposição do salário, ou seja, não querem reajustar o salário este ano, conforme o INPC, com o argumento que teriam prejuízo em virtude da redução da jornada de trabalho.

A última greve desses trabalhadores pela redução da jornada de trabalho foi intensa. Tiveram conquistas, uma redução parcial e a escalonada foi estabelecida como acordo para o final daquela greve. Agora estamos com outra greve, porque dessa vez os patrões que tiveram que aceitar a redução gradual da jornada de trabalho não querem repor as perdas da inflação, alegando que se fizerem isso terão que pagar mais pela hora de trabalho.

Então, fica óbvia a má-fé do patronato do transporte coletivo, não obstante tudo que se diga dos trabalhadores, mas reduziram a jornada de trabalho, o que levará em alguns anos à redução do salário. Esse é o fato que provocou a greve.

Torcemos para que haja entendimento na reunião de negociação que deve ter começado agora, depois das 14h, e que ainda hoje possa haver um acordo entre as partes, especialmente que os patrões do transporte coletivo cedam a essa reposição, e o serviço volte ao normal nas próximas horas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Passaremos ao horário destinado aos Partidos

Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos pertencem ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, Rádio Alesc Digital ou pessoalmente.

Sr. presidente, quero formular aqui um convite a todos os deputados desta Casa para participarem amanhã, quarta-feira, da nossa reunião ordinária da comissão de Saúde que vai receber uma comitiva da secretaria estadual da Saúde para apresentar um relatório sobre as Redes de Atenção em Saúde em Santa Catarina, sobre a sua implantação, que todos sabemos está, neste momento, andando a passos largos em consonância com o ministério da Saúde e com as secretarias municipais da Saúde. Quais são? O que faz parte? O que propõe cada uma dessas redes? Como fica a situação dos hospitais que estão em crise, que são vários? Como podemos resolver essa situação?

Portanto, essa é uma novidade que o ministério da Saúde decidiu apresentar como um novo caminho.

Enquanto estamos debatendo, falando sobre a necessidade de haver um realinhamento na tabela do SUS, formamos uma comissão de especialistas e professores universitários e dirigentes hospitalares, mas numa reunião com o próprio ministro na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no final de 2011, há quase 1 ano e meio, ele já anunciava que o caminho não era o realinhamento da tabela do SUS, mas as Redes de Atenção, as Redes de Urgência e Emergência, a Rede Cegonha, que abrange toda área materno-infantil, as gestantes e os recém-nascidos; a Rede de Atenção Psicossocial, que abrange toda a saúde mental, incluindo os dependentes químicos, a Rede para as Pessoas Portadoras de Doenças Crônicas e

para as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

Mas das três redes principais que nesse momento estão em andamento em Santa Catarina, a que começou mais cedo foi a Rede de Urgência e Emergência, na sequência a Rede Cegonha, e já está entrando também agora no planejamento nas reuniões regionais também a Rede de Atenção Psicossocial.

Então, todos os hospitais estavam com data marcada para fechar ou reduzir o atendimento, como o próprio Hospital Infantil Pequeno Anjo da minha cidade; o Hospital Ruth Cardoso, de Balneário Camboriú; o Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti, de Tijucas; o Hospital Santo Antônio, de Blumenau; e o Hospital de Azambuja. E assim poderia ficar enumerando aqui dezenas de hospitais por todo o estado que estavam com datas marcadas para fechar. E esse fato novo - e, felizmente, o ministério da Saúde e a secretaria estadual se juntaram e estão implantando essas redes no estado - veio também criar uma nova realidade. Tanto é que foi assim que conseguimos realinhar uma proposta para o hospital de Tijucas, evitando o seu fechamento.

É nesse sentido que acho que foi precipitada a posição da direção do Hospital de Azambuja, que muito antes do início da deflagração da implantação das redes já havia anunciado uma data para o seu fechamento, e acabou cumprindo essa data, quando, na verdade, nesse meio tempo surgiu essa possibilidade das Redes de Atenção.

Então, não há justificativa, porque o Hospital de Azambuja poderia estar habilitado, pelas reuniões que eu participei, como um hospital geral de portas abertas, podendo também se credenciar em ortopedia e neurocirurgia em alta complexidade. Ele poderia ser um Hospital do Tipo II, que já daria somente de custeio R\$ 300 mil por mês, mais a melhoria dos valores dos procedimentos.

Portanto, acho que a direção do hospital foi precipitada em manter a posição intransigente, e que inclusive culminou com a intervenção do prefeito Paulo Eccel, de Brusque, que teve que assumir, pelo município, a direção daquele

hospital até segunda ordem. Entendo que o hospital vai, ao ser habilitado nas Redes de Atenção, conseguir dar a volta por cima e lá na frente poderá voltar para a sua antiga direção. Não havia necessidade de ter havido essa intransigência por parte da direção do Hospital de Azambuja.

Portanto, eu também estive, juntamente com os deputados da comissão de Saúde, Manoel Mota e Milton Scheffer, que são de Araranguá, na última sexta-feira, numa audiência pública em Araranguá para discutir a implantação da neonatologia e de uma unidade de gestação de alto risco no Hospital Regional de Araranguá. Foi uma discussão tranquila e agora perfeitamente possível a partir das Redes de Atenção, da Rede Cegonha.

Então, é uma discussão que seria muito árida e muito difícil, se fôssemos depender apenas da boa vontade da secretaria, ou como tradicionalmente se encaminhavam situações como essas. Mas agora com essa nova concepção das Redes de Atenção esse debate foi tranquilo, porque aquela região do extremo sul catarinense padece justamente desse atendimento, todos aqueles municípios da região têm falta desse atendimento. E o que temos de gestação de alto risco, neonatologia e de UTI neonatal para a região de Tubarão e Criciúma atende a apenas a demanda de cada uma dessas regiões e não consegue atender a qualquer demanda que também venha do extremo sul.

Portanto, a reivindicação dos municípios do extremo sul catarinense, a partir do município sede, Araranguá, com o seu hospital regional, foi absolutamente procedente para que pudéssemos atender a essa expectativa da gestação de alto risco e da UTI neonatal a partir do que preconiza a Rede Cegonha.

Portanto, acho importante que os srs. deputados fiquem inteirados dessas portarias, dessas redes, porque os deputados são abordados nos seus municípios, nas suas regiões, por onde andam no estado, todos os deputados são abordados a respeito das situações dos hospitais, das dificuldades que os hospitais estão passando, da crise que os hospitais estão vivendo. E qual é o

norte? Qual é a luz do fim do túnel? Qual é a solução para esses hospitais?

Acho importante que os srs. deputados possam compreender o significado das chamadas redes de atenção dessas portarias que norteiam essas chamadas redes de atenção e a partir delas poder orientar e também poder fazer parte do processo de solução para os hospitais que estão em crise.

Quero dizer que a solução não é só para os hospitais, nós falamos dos hospitais porque eles são uma ponta do sistema de saúde. Mas as redes de atenção começam já preconizando a melhoria do atendimento e já tem também recursos de custeio e investimentos na atenção básica. Inclusive, o ministério da Saúde está institucionalizando a atenção domiciliar, ou seja, para cada 20 mil habitantes uma equipe de saúde, que associada com as equipes de saúde da família visitaram pacientes que, em vez de se internarem em hospitais, ficaram internados em casa.

Portanto, é um novo sistema, um novo caminho para a saúde brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito bem deputado, o bom é saber que também agora nós lá em Joinville estamos tendo uma nova resposta a dar como um hospital filantrópico compra ouro com o lucro. Isso é de se estudar. Segundo a Advocacia-Geral da União, o Hospital Dona Helena, de Joinville, teria comprado ouro com o lucro do ano. Isso é coisa para estudarmos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital, pessoas que aqui estão nos acompanhando no plenário, venho aqui falar sobre dois requerimentos que protocolei na Casa. Um é sobre um fato que acho de extrema importância na questão

da segurança. E v.exa. trafega por ali constantemente, deputado Antônio Aguiar, que é a questão da serra Dona Francisca, principalmente na área do mirante. Quem sai do mirante, naquela curva, várias vezes acabamos acompanhando carros que se perdem ali e vão parar na grota. Então, estamos solicitando que o governo estadual construa áreas de escape como tem na BR-376, descendo a serra da Santa, antes de chegar a Garuva, para impedir que os motoristas acabem caindo na grota.

Também quero aproveitar para falar que é triste quando passamos por ali e vimos um monte de placas interditando os locais de visitaçao na serra. Locais que são para o uso público, para o uso das pessoas que fazem turismo e querem conhecer a serra. Então, fazemos esse pedido ao Deinfra, à superintendência de Joinville. para que dê uma atenção melhor na reforma, na manutenção daqueles pontos da serra Dona Francisca.

Também estou protocolando um requerimento, e já marquei reunião com o diretor regional da Celesc, o Jeferson, lá de Joinville, para tratar de um problema que se está tornando constante na região sul de Joinville, principalmente o Fátima, o Guanabara, o Paranaguá-Mirim, o Paraguarani, onde são constantes as quedas de energia, deputado Kennedy Nunes. Duas vezes por semana, pelo menos, durante duas ou três horas, os moradores da região sul estão passando por dificuldades, porque estão ficando se energia elétrica. E não são só as famílias que sofrem com isso, mas também os comércios são prejudicados, porque trabalham com produtos perecíveis e, por isso, acabam perdendo o seu estoque.

Então, temos um requerimento protocolado na Casa referente a isso e precisamos que a Celesc, que tão bem atende ao nosso estado, atenda bem também aos moradores da região sul de Joinville, para que eles possam não sofrer tanto com as constantes quedas de energia, que têm se tornado cada vez mais frequentes naquela região.

Quero também parabenizar o deputado Antônio Aguiar por duas audiências públicas que ele

capitaneou, na cidade de Joinville, uma foi sobre a educação, em que estive presente, na Câmara de Vereadores de Joinville, muito bem conduzida. Lá estiveram presentes representantes da Gered, a professora Dalila Rosa Leal, o engenheiro Fabiano, diretores de escola, alunos. E conseguimos, de forma muito humanizada, conduzir toda a audiência pública.

Então, realmente, foi um ganho, pois tiramos uma nova reunião aqui em Florianópolis, na qual queremos, deputado Antônio Aguiar, que um representante da secretaria da Educação possa estar presente, para que realmente possamos buscar uma solução e conseguir uma solução para tantas escolas interditadas na cidade de Joinville.

A outra audiência pública foi a da ferrovia do planalto, na Acij, muito bem prestigiada. Os prefeitos de toda a região, vereadores, estiveram presentes naquela audiência pública que aconteceu na Acij, para discutir a tão importante obra para a região. E a partir de hoje todas as lideranças políticas da região precisam se unir, reunir, unir forças, para que consigamos realizar esse grande sonho que é essa ferrovia.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de agradecer a sua presença, deputado Sandro Silva, juntamente com o deputado Darci de Matos, pois foi uma audiência importante da ferrovia, juntamente na audiência da Educação, quando v.exa. esteve presente, pelo prestigiamento e desempenho.

Agradeço o seu pronunciamento, a importância de um deputado de Joinville estar na Educação reivindicando e vendo o que podemos fazer melhor para a educação de Joinville.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Muito obrigado, deputados! Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra, o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, Hoje pela manhã, quando li a coluna do comentarista político e econômico Moacir Pereira, no Diário Catarinense, chamou-ME a atenção, deputado Kennedy Nunes, mais do que em outras oportunidades, a situação das greves no setor público.

Mais uma vez a nossa população de Florianópolis, da Grande Florianópolis, não falando só em Florianópolis, mas São José, Palhoça, Biguaçu, Antônio Carlos, Paulo Lopes, entre outros municípios, está sendo prejudicada, e muito prejudicada, com ausências no trabalho, nas escolas, universidades, serviços, comércio de um modo geral, de tal modo que o prejuízo é muito grande em todos os sentidos, além de trazer problemas gravíssimos, como disse muito bem o comentarista Moacir Pereira, ao serviço de saúde, pois as pessoas estão nos hospitais precisando de cirurgia, de um exame de alta complexidade, de uma consulta, muitas vezes ou de qualquer tipo de serviço. E essas pessoas não têm como esperar

E por que isso acontece no Brasil? Em 1988, a nossa Constituição estabeleceu o direito de greve, que é legítimo porque está amparado na Constituição. O interessante é que no setor privado, deputado Moacir Sopelsa, foi regulamentado o direito de greve. No serviço público, há mais de 25 anos, essa legislação não foi regulamentada.

Os prejuízos são enormes para a sociedade brasileira, ou seja, para a população brasileira, porque mesmo que aconteçam as greves no governo do estado, por exemplo, as paralisações, em outras palavras, são pagas mesmo com a ausência no trabalho.

Em outros países também há o direito de greve, mas está regulamentado como fazer, seja no serviço de saúde, de educação, de transporte público,

porque são empresas que fazem através de concessão. Portanto, não deixa de ser um serviço público concedido. E aqui lamentavelmente não se vê uma manifestação na esfera federal ou de iniciativa do Congresso Nacional ou de iniciativa do Executivo, ou seja, do governo federal, para regulamentar a greve. Ora, se não regulamentar, vamos continuar cada vez mais prejudicando a população.

Não quero entrar no mérito do direito à reposição, porque é legítima a reposição de inflação. Como não conheço os termos da negociação, não vou me manifestar sobre isso. Entendo que é justo de no mínimo repor a inflação. Agora, não pode é romper as relações de negociação e acontecer o que estamos vivenciando aqui na Grande Florianópolis.

Deputado Valmir Comin, desde o ano 2000 essas greves têm se repetido anualmente. E principalmente quando há esse movimento como vi ontem numa assembleia, se não me falha a memória, através da RBS ou TVCOM, dos colaboradores do transporte coletivo, quando o presidente do sindicato colocava em votação para saber quem estava de acordo ou não. Quem não estivesse concordando com a proposição da greve, da continuação da greve, teria que levantar a mão. E pudemos ouvir a fala de alguém daquele sindicato dizendo que aqueles que não levantassem a mão iriam apanhar.

Ora, que democracia é essa numa assembleia? No mínimo é de se lamentar. Mas quero dar destaque à ausência, à omissão, à falta da regulamentação do direito de greve no serviço público. Enquanto isso não houver, vamos conviver com o que aconteceu na Grande Florianópolis, onde mais de 250 mil passageiros são prejudicados em suas atividades, por conta de um desentendimento, por conta de uma lei que ainda não está regulamentada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu quero cumprimentar todos que nos acompanham pela Rádio Digital e pela TVAL, os catarinense que nos estão acompanhando.

Chegamos, no dia de ontem, de uma viagem de estudos que fizemos à Dinamarca, à Suécia e à Finlândia, juntamente com os prefeitos de Chapecó, de Jaraguá do Sul, representantes de entidades educacionais, vários outros deputados. Foi uma viagem de estudos com relação à questão da gestão e resíduos que esses países fazem, já que eles têm um *know-how* muito grande. E como toda viagem que faço coloco no meu relatório o dia a dia.

Eu não vou aqui trazer o relatório de todos os dias. Mas gostaria que a assessoria colocasse o relatório do segundo dia da viagem, na cidade de Borá, na Suécia, que tem a universidade formada em mil oitocentos e alguma coisa. É impressionante a voracidade da universidade na questão da pesquisa para resolver o problema do resíduo. É impressionante o envolvimento da comunidade acadêmica nesse setor.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Portanto, esse é um dos relatórios que estão no meu *site*, à disposição, feito de forma muito simples, com celular, mas que dá para trazer uma ideia daquilo que estivemos visitando nos últimos dias. E outros relatórios estão lá muito interessantes, e os catarinenses poderão acessar através do WWW.knunes.com.br.

Fica com o restante do tempo do nosso partido o deputado Maurício Eskudlark.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pelo restante do tempo do PSD, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKULARK - Agradeço ao deputado Kennedy Nunes.

O assunto é muito pertinente ao nosso estado, para o meio ambiente, e é uma preocupação de todos os catarinenses, de todos os cidadãos.

Eu quero falar sobre a questão da greve, a forma como estão tratando. Quase 400 mil pessoas na Grande Florianópolis estão sendo prejudicadas com essa greve abusiva, que tem que ser solucionada.

Os governos têm que encontrar uma solução. Vemos o esforço do prefeito Cesar Souza para impedir a greve, impedir problemas maiores para a população, mas temos que ter essa situação regulamentada.

É preciso que as autoridades responsáveis tenham esse sentimento, pois não podemos ficar esperando todo ano pela enchente, pela estiagem e pela greve dos motoristas e cobradores. Tem que haver um critério antecipado, no qual o sindicato ou os trabalhadores já saibam o que vão receber, como as empresas têm que agir, ou seja, com base no índice da inflação, ou alguma forma legal definida, tanto para as empresas quanto para os profissionais, motoristas e cobradores. Só não podemos ficar inertes vendo a população da Grande Florianópolis submetida a esse transtorno. As pessoas que trabalham, que estudam, que têm problema de saúde não podem ser submetidos a essa pressão, a essa ofensa, pois é um descaso com o cidadão.

Então, é inadmissível que a população na sua grande maioria seja desrespeitada; que categorias que têm suas reivindicações justas, mas não podem pela importância, pela relevância das suas funções, submeter a população como um todo a essa questão.

Acho que temos que solucionar de uma vez por todas esse problema, porque acho que a população não pode ficar refém de situações e de classes de trabalhadores. Então, é muito importante que tenhamos uma legislação, uma definição, temos que saber com antecedência o que vai acontecer e a população não pode ser surpreendida, embora saibamos que todo ano isso acontece. As autoridades, o Executivo, o Legislativo têm que tomar uma providência. O prefeito Cesar Souza já vai mudar critérios das próximas licitações do transporte público para que efetivamente a

população do nosso estado e principalmente da Grande Florianópolis não fique refém todos os anos dessa situação e dessa disputa entre empresários e trabalhadores. Há que ter uma regra que proteja a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de dizer com satisfação que participamos da grande reunião com o governador e com o cônsul japonês sobre a importação de carne suína pelo Japão, cujas porcentagens são: 40% da carne suína consumida no Japão é importada pelos Estados Unidos; 20% do Canadá e 15% da Dinamarca. Portanto, são esses os três grandes mercados japoneses.

Com a entrada do Brasil neste mercado temos a certeza de que vamos alcançar um resultado satisfatório e que os criadores de suínos do estado serão mais valorizados.

E por que a busca pelo Japão? Porque o Japão é o país que melhor paga a carne suína no mundo. E espero que com essa liberação da exportação no estado de Santa Catarina haja ganho para o criador do suíno, que sempre está com o preço apertado. Queremos que essa vantagem que Santa Catarina vai ter de exportar para o país que melhor paga no mundo a carne suína, o Japão, seja direcionada para o pequeno agricultor, ou seja, para aquele que cria o suíno. Isso pode ser feito através das federações, do governo e daqueles que fazem o intercâmbio comercial com a carne suína.

Há brasileiros que vendem para o Japão a carne de frango já possuem os postos de vendas definidos, têm um suporte, ou seja, um ponto de referência, o que ajudará bastante na comercialização da carne suína no Brasil.

Mas, sr. presidente, srs. deputados, gostaria de falar sobre as redes de saúde que estão sendo implantadas em Santa Catarina e que vão ajudar alguns hospitais filantrópicos, que hoje mantêm a Saúde no estado. São para eles que temos que direcionar o apoio, coisa que o governo do estado já está fazendo, proporcionando equipamentos e condições para melhor atender a nossa população.

Mas o que os hospitais filantrópicos precisam são verbas de manutenção, pois como pode um hospital atender pelo SUS toda a população e não receber o suporte financeiro adequado? Acho que a Rede de Atenção Básica, que está sendo instalada em nosso estado é muito importante, mas não são para todos os hospitais filantrópicos, que sustentam a saúde do estado de Santa Catarina.

Ora, um hospital sustentado pelo governo gasta quatro vezes mais do que um hospital filantrópico para realizar o mesmo procedimento.

Por isso, temos que ter um equilíbrio que apenas será dado através da sustentação, que devemos dar aos hospitais filantrópicos.

Portanto, daremos todo apoio aos hospitais filantrópicos, e os presidentes de federação estão lutando por eles. Esperamos que os governos federal, estadual e municipal dêem mais apoio a esses hospitais, porque são eles que dão o suporte na Saúde do estado.

Acho que a saúde é, sim, um ícone importante em Santa Catarina. Deputado Silvio Dreveck, nós, no planalto norte, temos uma saúde diferenciada dos outros municípios. Por exemplo, em Canoinhas temos um sobreaviso regional para seis municípios que consta de anestesista de plantão 24h, ortopedista de plantão 24h, cirurgião-geral de plantão 24h e neurocirurgião de plantão 24h, fazendo com que essas especialidades tenham resolutividade no hospital.

Em Canoinhas, no Hospital Santa Cruz, temos uma UTI com dez leitos, ressonância magnética, tomografia computadorizada, arco cirúrgico, banco de sangue, enfim, infraestrutura para fazer esse

belo atendimento que é feito em relação a outras pessoas, em outros hospitais.

Quero aqui parabenizar o secretário de Saúde de Joinville, dr. Armando Dias Pereira Júnior, que está fazendo um trabalho fantástico. Dr. Armando, meus parabéns pela sua competência e pelo trabalho que vem realizando na cidade de Joinville, juntamente com o prefeito Udo Döhler.

Não vamos deixar que questões políticas interfiram na condução de Joinville. Temos certeza de que o município tem, sim, uma transparência muito grande, capacidade e a competência do prefeito Udo Döhler para administrar o município.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0263/2012, e que a mesma terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0013/2013, de autoria do deputado Dado Cherem.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0106/2013, de autoria do deputado Edison Andrino.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0150/2013, de procedência da comissão de Constituição e Justiça.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0256/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0329/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0541/2009, de autoria do deputado Darci de Matos.

Não há emendas à redação final.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quando fui vereador em Joinville, propus uma lei exigindo que em todas as construções comerciais, industriais ou residenciais, acima de 750 metros, fosse instalada uma cisterna para a capacitação da chuva. Essa lei foi aprovada, mas infelizmente até hoje ainda não foi regulamentada.

Portanto, esse projeto no meu entendimento é da maior importância para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0016/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui a Campanha

de Combate à Pedofilia no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável de todas as comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0328/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a aquisição de arroz parboilizado, em caráter preferencial, para a merenda escolar e outros integrantes do mercado institucional.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0341/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que denomina a rodovia SC-495 - trecho entroncamento BR-280 - Barra do Sul.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0184/2013, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 4.336, de 1969, que declara de utilidade pública a Fundação Universitária de Criciúma.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as seguintes Indicações n.s 0344/2013 e 0345/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, 0346/2013, de autoria da deputada Angela Albino.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s 0608/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, 0609/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, 0610/2013, 0611/2013, 0612/2013, 0613/2013, 0614/2013, 0615/2013, 0616/2013 e 0617/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, 0618/2013, 0619/2013 e 0620/2013, de autoria do deputado Antonio Aguiar, 0621/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Pedido de Informação n. 0055/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita ao secretário de estado da Fazenda informações sobre eventual quitação da operação de crédito BNDES - CELESC/CRC e suas condições.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0056/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita ao secretário de estado do Planejamento informações sobre origem, destinação e contratos pertinentes aos recursos do programa Pacto por Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra, em Explicação Pessoal, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de registrar que ontem o governador Raimundo Colombo esteve no município de Camboriú, atendendo ao seu roteiro de viagem pelo estado, quando tem levado recursos aos municípios, discutido as prioridades que são apresentadas pelas administrações municipais e que autorizou várias obras para o município, para a região de Camboriú, especialmente um grande pleito, que é o asfaltamento da rodovia que liga Camboriú a Brusque.

O governador autorizou R\$ 5 milhões, um investimento muito importante, um pleito antigo, eis que sabemos o grande problema de mobilidade que enfrentamos, o elevado número de veículos e as dificuldades em nossas rodovias. E aquela é uma importante rodovia, assim como a ligação do município de Itapema com o município de Camboriú. Duas obras que estão merecendo atenção especial do governo do estado, do governador Raimundo Colombo, do secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, e das secretarias regionais, das administrações municipais.

Então, é muito importante para a região da Camboriú, de Balneário Camboriú, de Brusque, de Itapema que sejam liberados esses recursos, como efetivamente estão sendo, para que aquelas obras venham a acontecer.

O governador fez uma explanação sobre o trabalho desenvolvido nesses dois anos, numa audiência da Câmara de Vereadores de Camboriú, mostrando o que o estado tem feito, as dificuldades, mas também aquilo tudo que tem sido resolvido com muito trabalho, com muito empenho.

Então, é mais uma viagem do governador, mais recurso, mais investimento, já que o governo do estado buscou os recursos necessários para grandes investimentos que o estado de Santa Catarina precisa.

É o caso da nossa Balneário Camboriú que finalmente tem a possibilidade concreta, com a liberação dos recursos, da construção do centro de eventos. São cinquenta milhões do governo federal e vinte cinco milhões do governo estadual para aquela obra que é um projeto necessário, um sonho de muitos para o município de Balneário Camboriú e que para que esse projeto efetivamente venha a acontecer. Assim como o colégio estadual para o bairro das Nações, enfim, são muitos investimentos, seja na área da educação, na área rodoviária, em todas as áreas.

Quero registrar que para o município de Lages, de Concórdia e de São Miguel d'Oeste tivemos a reativação da linha aérea São Miguel d'Oeste - Florianópolis, Florianópolis - São Miguel d'Oeste. É um voo de 2h40, que vai sair às 7h32 do município de São Miguel d'Oeste, um voo que sai às 5h30 de Curitiba, chega às 8h em Concórdia, com uma escala no município de Lages, chegando um pouco antes das 10h na capital do estado.

Hoje, quem vai ao extremo oeste precisa pegar o voo Florianópolis/Chapecó e mais duas horas em média de deslocamento para os municípios do extremo oeste catarinense. Assim, com essa nova linha, em duas horas, temos o trajeto capital do estado a São Miguel d'Oeste. Inclusive, faço, quase todas as semanas, esse trajeto e sei o que é

chegar à noite, de madrugada, em Chapecó, pegar o veículo e deslocar-se por mais duas horas. E existem dez radares nas rodovias federais.

Sabemos que as BRs se encontram com bastante dificuldade. Na BR-282, cuja manutenção é necessária, há muitos buracos na pista, enfim, esse novo voo da Brava Linhas Aéreas, antiga NHT, ligando Florianópolis ao extremo oeste, é mais um grande passo, além da perspectiva diante do anúncio do governo federal nos investimentos nos aeroportos regionais, de R\$ 12 milhões, que seriam destinados ao aeroporto de São Miguel d'Oeste, cuja pista é de 1.260 metros. E com esses investimentos teriam mais 400 metros de pista. A largura da pista hoje é de 18 metros e passaria para 30 metros, permitindo com isso pousos e decolagens de aeronaves de maior porte.

Então, parabéns a Lages, a Concórdia e à região do extremo oeste. O aeroporto de Chapecó registra hoje, em média, 30 mil passageiros/mês, sendo que de seis mil a sete mil passageiros são região do extremo oeste.

Quero fazer esse registro junto com aqueles investimentos que anunciamos, feitos em nosso litoral e em todo o estado Santa Catarina, os quais proporcionam ao nosso estado, cada vez mais, um ponto de destaque em nível nacional.

Também quero aqui me solidarizar com o deputado Sargento Amauri Soares, pelo falecimento de um policial militar que foi assassinado, e enquanto ele falava desse fato eu resgatava um artigo que já tive a oportunidade de ler nesta tribuna, publicado na revista *Veja*, no dia 30 de janeiro de 2013, sobre o assassinato de policiais. Se não piorar neste ano de 2013, mais 250 policiais serão assassinados no Brasil.

Temos países como a França que têm em média seis assassinatos por ano. Há outros países que reduziram drasticamente, porque a sociedade viu que um ataque a um policial é um ataque à sociedade, é um ataque à cidadania.

Assim, fizeram leis rigorosas como forma de proteção aos policiais. E no Brasil temos, em média, 250 policiais assassinados por ano, sendo a

grande maioria no estado de São Paulo, e parece que ninguém tem nada a ver com isso. Isso é uma briga de polícia e bandido, como se um policial não fosse à luta contra a criminalidade.

Então, muitas vezes, ONGs e outras entidades que se preocupam em coibir, investigar a violência policial não dispõem de um minuto de seu tempo, de uma linha para tratar da defesa dos policiais nesta luta inglória contra a criminalidade.

Assim, é muito importante que a sociedade acorde para essa questão da proteção e valorização do policial, porque o policial é a última barreira na luta contra a criminalidade. Já tenho dito nesta tribuna que o bandido não tem medo de decisão judicial nem de sentença. Agora, se tiver o policial lá para efetivamente fazer o cumprimento da lei, ele tem medo.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
-Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com a permissão do deputado Dado Cherem, porque ele é seu grande e amigo e apoiador, quero aqui agradecer a presença do prefeito reeleito de Penha, Evandro. Ele foi reeleito com uma margem grande de votos e está fazendo um excepcional trabalho no balneário de Penha. Seja bem-vindo e obrigado pela visita.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência também cumprimenta e agradece as ilustres visitas.

Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero agradecer a presença do prefeito do município de Araranguá, querido companheiro Sandro, que daqui a

pouco terá uma reunião na Presidência desta Casa, juntamente com v.exa. e outros parlamentares. Seja muito bem-vindo juntamente com o presidente da Câmara de Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência também registra com muita alegria a presença do grande prefeito, querido amigo Sandro, que daqui a pouco, às 17h, estará se reunindo com outras lideranças e autoridades, para tratar de pleitos daquela região.

Bem-vindo, prefeito, com todas as suas lideranças.

Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a presente sessão.